

siglo XX. Sin embargo, creo muy oportuna y necesaria la observación de que, por lo que se refiere al traductor, éste ha de situarse en los precisos límites en que se ha producido la Biblia griega: “El contexto judedehelenístico en el que se llevó a cabo la traducción es el marco más adecuado para leer e interpretar estos textos, no el trasfondo hebreo ni la historia de la recepción, es decir, la nueva lectura hecha por los autores del Nuevo Testamento a la luz de la vida, muerte y resurrección de Jesús, o la lectura cristiana de los padres de la Iglesia” (p. 29).

Según lo dicho, no pocas son las razones por las que el estudio de la Septuaginta se ha incrementado enormemente en las últimas décadas, y su interés ha sido tal que se ha sentido al mismo tiempo la necesidad de traducirla a las lenguas modernas: al inglés (Oxford University Press, 2007; ya existía desde hacía mucho tiempo la célebre edición bilingüe de Sir Lancelot C.L. Brenton [London: Samuel Bagster & Sons, 1851]); al francés (París: Éditions du Cerf, 1986 ss, dirigida por Marguerite Harl); al alemán (Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2008); al italiano (Roma: Edizioni Dehoniane, 1999 ss); o al japonés (Tokio: Kawade Shobo Shinsha, 2002 ss, dirigida por Gohei Hatas). La edición española se une, pues, a éstas, de modo que el lector español pueda tener en sus manos una traducción directa en su propia lengua. De no haberse acometido este proyecto en estos años, la cultura bíblica española habría tenido una laguna y un retraso demasiado considerable respecto a otras naciones. La necesidad y la oportunidad de esta traducción de la Septuaginta no están, pues, faltas de justificación. Hay que felicitar a los grupos de investigación que se han hecho cargo de ella, así como a Ediciones Sígueme por haber acogido la edición de un proyecto que, también en este punto, sitúa a los estudios bíblicos españoles al nivel de otros europeos.

ÁNGEL URBÁN
Universidad de Córdoba

BIEDERMANN, Zoltán, *Soqatra: Geschichte einer christlichen Insel im Indischen Ozean vom Altertum bis zur frühen Neuzeit*, «Maritime Asia», 17 (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2006), VII, 232 pp. + 4 mapas e 15 ils. *in-texto*. ISBN: 978-3-447-05421-8

Mais que uma verdadeira história para a qual faltam ainda a documentação escrita ou arqueológica pertinente, o trabalho erudito que nos é proporcionado aqui é uma tentativa de construção histórica e etnográfica da conhecida ilha a sudeste da Península arábica, hoje plenamente integrada no estado do Iémen. Partiu duma tese de mestrado no prestigiado Institut für Völkerkunde und Afrikanistik da Univer-

sidade de Munique: *Sokotra in frühen Quellen* (1998), resumida em português dois anos mais tarde: “*Nas pegadas do Apóstolo. Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII*”, *Anais de História de Além-Mar*, 1 (Lisboa, 2000), p. 287-386 (pub. tb. em separata).

Esta parte corresponde globalmente à Parte III do livro: “Soqotra im Frühen Neuzeit” (p. 64-166), acrescida, por um lado, de um apêndice da documentação portuguesa respectiva em tradução alemã (Parte IV, p. 167-204) e, por outro, de duas partes cronologicamente anteriores: Antiguidade (p. 9-38) e Idade Média (p. 39-63). No início, temos o breve Prefácio e a Introdução (p. 1-8), e no fim, as cerca de vinte páginas (!) da Bibliografia, mais o Índice global.

Situada estrategicamente entre o Mar Vermelho e o Oceano Índico, Socotorá celebrou-se pelo seu incenso e o seu excepcional aloés desde o tempo dos faraós. Conhecida pelo nome de *Dioscorides* pelos gregos, parece representar o arquétipo do motivo da *Insula fortunata* difuso na mitologia antiga ainda antes de Homero: narrativas egípcias e mesopotâmicas do 2º milénio a.C.! Chegou a ser identificada também com a “Ilha das Amazonas” por causa de comportamentos fora do comum por parte das mulheres socotorinas.

O cristianismo deve ter chegado ali na senda da sua penetração na Arábia do Sul. Contudo, por causa da cor relativamente branca de alguma população da ilha, pensa-se que o impacto grego foi maior e mais duradouro. Mas nem por isso a Igreja nestoriana da Mesopotâmia deixou de ter a supremacia, no enalço da ocupação persa sassânida do século VII, enviando regularmente um bispo até ao século XIII. Com a invasão dos Mongóis e a subsequente constituição dos “ilcanados” da Ásia central, os contactos tornaram-se mais difíceis e a jurisdição daquele “catholicassoda” cessou. Ao invés, as relações comerciais e outras com a Etiópia e o Sul da Índia intensificaram-se, pelo que se reforçou a influência dos cristãos etíopes, à qual veio juntar-se algum impacto dos Cristãos de S. Tomé.

Esta dupla fileira chegou a ser explorada pelos portugueses, na senda da sua expansão oriental nos alvares da época moderna. Por um lado, ampliaram o mito medieval do Preste João da Etiópia alargando as bases da sua irradiação. Por outro, incluíram a ilha na rota da evangelização apostólica levada a cabo por S. Tomé. Ambas as perspectivas justificaram as repetidas missões católicas que vinham, durante todo o século XVI, quer da Metrópole quer de Goa. Todas sem sucesso, devido às dificuldades da comunicação linguística (o socotorino não é um simples dialecto árabe...) e à falta de material escrito (textos bíblicos, litúrgicos ou teológicos), mas também por causa do exotismo, senão hermetismo, das práticas religiosas dos socotorinos.

BIEDERMANN tentou analisar e interpretar estas para além do “cristianocentrismo” de missionários, mercadores e viajantes, portugueses e outros. Encontrou alguns traços judaicos ou semíticos (sacrifícios, jejuns, circuncisão) e outros de origem mais especificamente árabe (culto da lua, da chuva...). Afinal, um sincretismo, decorrente, na nossa opinião, do isolamento prolongado das populações autóctones. Noutros lugares, como na África do Norte, o cristianismo desapareceu de vez na senda do corte das relações normais com os seus centros irradiadores (Itália, Bizâncio, Alexandria). Aqui, a igreja local não parece ter “interiorizado” os dogmas complexos e intelectuais que envenenaram a vida cristã nos séculos IV-VII. Ritos e práticas não chegaram a ser alimentados por um ensinamento cristão contínuo e regenerador. Nestas condições, vestígios religiosos locais conseguiram perdurar, enquanto influências de religiosidade alheia, presente nos espaços contíguos, chegaram a impor-se com naturalidade.

A este respeito, ao tecerem-se considerações comparativas com as práticas religiosas antigas dos Árabes, dever-se-ia ter dado maior destaque à Arábia do Sul ou Iémen enquanto tal, a verdadeira *Arabia felix* e primeira referência continental dos ilhéus socotorinos. O nosso autor, por exemplo, não explorou o fenómeno da vigorosa presença judaica ali, tanto antes como depois do islão. Nem na cristianíssima Etiópia. Perguntamo-nos assim se não merecia empreender um estudo comparativo entre os nossos cristãos de Socotorá e os judeus falaxas da Etiópia (antes da sua “expatiação” de há cerca três décadas...).

Mais uma pequena observação. Como o grosso das fontes analisadas ou traduzidas são portuguesas e se aplicam a uma realidade mais ou menos árabe, encontraremos várias palavras a considerar como “arabismos”, mesmo que de uso limitado. A par de *caciz*, conhecido de outros textos e para outros contextos (parece que *cacique* viria daí!?!; cf. p. 111, n. 179), temos: *hodamo*, *mocamo*, *maria*, etc. Lamentos a falta de um glossário final e o facto de o índice não ajudar para tal.

Não podemos concluir estes breves apontamentos sem frisar as qualidades da monografia levada a cabo por Z. BIEDERMANN. A erudição e seriedade da investigação, fecundadas pela argúcia e originalidade da aproximação científica, permitiram desvendar uma faceta curiosa e esquecida da extensão do cristianismo no mundo.

Adel SIDARUS
Instituto de Estudos Orientais,
(Universidade Católica Portuguesa, Lisboa)